



Maria Florentina Lapadula\*  
Célia Maria Nunes Fernandes\*\*

## A atuação das pedagogas que trabalham na pedagogia social: um estudo sobre a Região dos Inconfidentes para pensar o futuro na educação para além da escola

### RESUMO

A garantia do direito à educação é conduzida por uma multiplicidade de agentes. Embora a escola pública seja o espaço hegemônico da conformidade deste direito humano, existem outros como Organizações não Governamentais (ONG), sindicatos, movimentos sociais, empresas, hospitais, a mídia, instituições culturais, educação especial, etc., onde pedagogos e pedagogas se desenvolvem como trabalhadores e trabalhadoras na pedagogia social. Com o intuito de conhecer mais esse campo e assim contribuir na reflexão para pensar os desafios futuros de ser pedagoga em espaços de educação para além da escola, elaboramos este artigo. A pesquisa tem sido desenvolvida numa abordagem qualitativa de enfoque interpretativo, para a coleta de dado foi aplicado um questionário e realizadas entrevistas semiestruturadas, com o fim de analisar e conhecer em maior profundidade, as profissionais e como é sua atuação nestes espaços.

### PALAVRAS CHAVE

Educação para além da escola ▪ direitos humanos ▪ pedagogia social ▪ pedagogas

\* Mg. Educação (UFOP). Profa. Ciências da Educação (UNLP). Bolsista de Doutorado pelo CONICET-Universidade Nacional de Mar del Plata (Centro de Pesquisas Multidisciplinares em Educação). Membro do Grupo de Pesquisa em Educação e Estudos Culturais (GIEEC). Email: florentina.lapadula@gmail.com

\*\* Dra. em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2004). Professora Titular do Departamento de Educação da Universidade Federal de Ouro Preto atuando na Graduação e Pós- Graduação. Vice-líder do Grupo de Pesquisa FOPROFI (UFOP) e membro o PRODOC (UFMG). E-mail: celia@ufop.edu.br



## INTRODUÇÃO

Desde o século XX, no mundo ocidental, a educação das pessoas é conduzida por um agente principal, a escola pública (Pineau, 1996). Segundo diferentes atores, este espaço educacional, tem sido o âmbito hegemônico de atuação dos pedagogos e das pedagogas (Trilla Bernet, 1992; Libâneo, 1996, 2010), até início do século XXI, época em que o campo de atuação se diversifica. Com existência dos espaços educacionais chamados não formais (Coombs, 1968; Trilla, 1993, 2013; Afonso, 1992; Brusilovsky, 1992; Torres, 1992; Libâneo, 1999; Gohn, 1999, 2006, 2010), que começa nos anos oitenta a estender-se por o país todo, amplia-se os espaços de atuação dos pedagogos e pedagogas no Brasil.

Este trabalho é produto de uma pesquisa maior feita no Programa de pós-graduação da Universidade Federal de Ouro Preto. Que teve o objetivo de indagar sobre formação e atuação das pedagogas que trabalham na educação não formal na Região dos Inconfidentes, centralizando o estudo em projetos educacionais e sociais, que trabalhavam com crianças e jovens e que tinham pedagogos ou pedagogas em seu quadro de profissionais.

A pergunta que acompanha todo este artigo centra-se em como tem sido a atuação dos pedagogos e das pedagogas que trabalham em projetos educacionais e sociais com crianças e jovens na Região dos Inconfidentes? A partir dessa pergunta, desenvolvemos a pesquisa, junto com oito pedagogas que atuam em seis espaços de educação não formal nas cidades de Mariana e Ouro Preto. Por meio da escuta das vozes das profissionais, assim como da observação do seu trabalho cotidiano, pudemos aprofundar o conhecimento sobre sua atuação nesses espaços.

## PEDAGOGIA SOCIAL: EDUCAÇÃO PARA ALÉM DA ESCOLA

Diferentes autores afirmam que a educação não formal (Coombs, 1968; Trilla, 1993, 2013; Afonso, 1992; Brusilovsky, 1992; Torres, 1992; Libâneo, 1999; Gohn, 1999, 2006, 2010), são essas experiências de educação surgiram a partir dos anos 1970, quando começaram a existir diferentes discursos pedagógicos que reconhecem que, por diferentes fatores econômicos, sociais, tecnológicos, entre outros, geram-se novas necessidades educacionais e com elas, novas práticas pedagógicas não formais para satisfazê-las.

Ao indagar mais sobre o conceito, achamos diferentes críticas ao mesmo (Trilla, 2008; Brusilovsky, 1992; Sirvent, 2011), devido ao fato dele ser uma categoria com escasso valor explicativo, já que, ele não permite entender o sentido das práticas educacionais em profundidade, tampouco conhecer se possui objetivos democráticos ou conservadores.

Como explicam Brusilovsky (1992) e Sirvent (2011), este conceito define-se pela negativa, que expõe uma contraposição entre a educação escolar e aquela



que está fora, desconhecendo as relações existentes entre ambas. Além disso, esta referência negativa gera a desqualificação e a desvalorização das práticas não formais, como afirmaram as pedagogas participantes de nossa pesquisa. Assim, tentar definir a educação desde uma conotação negativa é não reconhecer sua complexidade e heterogeneidade.

Acreditamos que existem outras formas de denominar essas experiências que acontecem fora do âmbito escolar e Sirvent (2011) propõe denominá-las educação para além da escola, explicando que cada uma dessas experiências tem diferentes graus de formalidade. Esta proposta tenta ter uma visão global sobre o fenômeno educacional e analisa a especificidade de cada uma das experiências para além da escola, deixando para trás a nomeação negativa. Para compreender cada uma delas, se utilizam três dimensões que explicam o grau de formalidade: a sociopolítica, ou seja, que grau de relacionamento existe com o Estado, desde o legal e o administrativo; a institucional, que se refere ao tipo de instituição, seus fins e objetivos; e a dimensão do espaço de ensino e aprendizagem. Em suma, devido ao campo da educação não formal ser um campo heterogêneo, cada prática educacional, poderá ser analisada considerando essas dimensões e podendo definir o grau de formalidade em cada uma delas. Ou seja, desde o institucional, o sociopolítico e o espaço de ensino e aprendizagem.

Apesar das concepções de alguns autores (Afonso 1992, Libâneo 1998), afirmarem que a educação não formal apresenta baixo grau de formalidade, através desta pesquisa foi possível perceber a existência de graus de formalidade diferentes a partir das experiências das participantes. Podemos, assim, reconhecer a complexidade de cada uma das experiências para além da escola, deixando ao lado um conceito que define essas experiências num enfoque negativo.

No Brasil, a Pedagogia Social, definida desde um olhar decolonial é um dos campos que aborda o estudo das práticas de educação para além da escola (Graciani, 2005, 2014; Paiva, 2015, Gomes, 2018). Embora já existam experiências no campo da Pedagogia Social, começa a aprofundar-se o campo teórico em 2005 com a organização do Congresso Internacional de Pedagogia Social e sua posterior realização em 2006 em São Paulo, onde diferentes pesquisadores e educadores sociais, procuraram a legitimação desta área educacional, enquanto campo de conhecimento, formação profissional e acadêmica. Caliman (2010) afirma que “Uma versão da Pedagogia Social crítica vê a educação social não exatamente como uma resposta às necessidades emergentes, a partir de ações compensatórias, mas sim a partir de ações propositivas e preventivas, acionadas antes mesmo que os problemas aconteçam, através da solidariedade e da responsabilidade social dos cidadãos” (p. 363).

Este campo de estudo, intervenção e formação é um campo em construção no país, e se baseia no pensamento de Paulo Freire posicionado desde uma perspectiva emancipadora dos sujeitos. Graciani (2014), explica que a Pedagogia Social, reflete sobre a realidade brasileira, a qual afirma que é um elemento básico para se entender a sua constituição. Pondo ênfase nos efeitos gerados pelo sistema capitalista neoliberal, explica que a exclusão social, econômica,



cultural, política e educativa de um setor da população, junto com a promoção de uma sociedade consumista e individualista, fizeram surgir diferentes práticas socioeducativas transformadoras, que abriram passo ao campo de estudo, intervenção e formação em Pedagogia Social: “Visando transformar as condições de opressão existentes na sociedade, a Pedagogia Social se caracteriza como uma ciência transversal aberta às necessidades populares que busca enraizar-se na cultura dos povos para, dialeticamente, construir outras possibilidades” (p. 20).

Segundo a autora, este campo contrapõe-se a todo modelo assistencialista, e propõe um trabalho coletivo entre educadores e educandos, baseado em quatro dimensões: a democrática, que faz referência ao empoderamento de todos os sujeitos como protagonistas das diferentes práticas sociais e educativas; a participativa, centra-se no respeito pela contribuição da cada pessoa, fomentando uma visão pluralista; a solidária, que promove a construção coletiva de saberes, entrelaçando conhecimentos técnicos, populares e científicos; e a transformadora, que procura construir um projeto político-pedagógico em conjunto.

A partir dessa perspectiva, entendemos que o campo de educação não se focaliza só no escolar, senão que existem outras práticas de educação para além da escola. Entre as práticas escolares e para além da escola existem relações que se observam no cotidiano. Segundo Trilla (2013) estas podem definir-se como interações funcionais, intromissão mútua e de ações coordenadas. Essas interações são divididas em relações de complementariedade onde cada uma tem uma função diferente. Ou seja quando o sistema formal não pode garantir satisfatoriamente a sua função. Assim temos uma substituição àqueles espaços onde o acesso à escola é escasso; através da colaboração com os objetivos e conteúdos curriculares do sistema educativo; e de contradição, quando os valores e propósitos dos projetos que desenvolvem os espaços entram em conflito. Embora na teoria estes conceitos podem ser apresentados divididos, o autor explica que na prática se produzem relações de intromissão mútua. Por último ações coordenadas, onde é necessária a valoração mútua, reconhecendo que as crianças e jovens participam de espaços de educação formal e não formal. Sendo o horizonte a criação de projetos coletivos, gerando pontes entre ambos os espaços educativos.

Desde esta complexidade, com a ampliação do campo da educação, inferimos que o campo de atuação dos pedagogos e pedagogas também se amplia com a diversificação dos espaços onde estes devem se desenvolver profissionalmente, embora o campo hegemônico ainda seja o sistema educativo.

## ATUAÇÃO DAS PEDAGOGAS DA EDUCAÇÃO PARA ALÉM DA ESCOLA

Entendendo que a educação é um campo amplo, complexo e heterogêneo, no qual existe uma multiplicidade de espaços educacionais onde os licenciados em



Pedagogia poderão atuar. Segundo as Diretrizes para o curso de Pedagogia (Resolução CNE/CP Nº 1/2006 e o Parecer CNE/CP Nº 5/2005), se definem os espaços de atuação destes profissionais como sendo: a Educação Infantil, os Anos Iniciais do Ensino Fundamental e disciplinas pedagógicas dos cursos de nível médio, na modalidade Normal e de Educação Profissional e em ambientes não escolares. Dessa forma, modificando os espaços de atuação dos pedagogos e pedagogas, ampliam-se as experiências educacionais para além da escola, ligados a uma multiplicidade de âmbitos e com diferentes objetivos, sendo este um desafio.

Neste trabalho compartilharemos as vozes de oito pedagogas que atuam em espaços de educação não formal, que são projetos sociais que atuam com crianças e jovens na Região dos Inconfidentes no Estado de Minas Gerais (Brasil). Estes podemos definir-se como: Educação especial; Educação artística; Biblioteca; Centro de recreação; e Casa Lar. Tais espaços refletem a diversidade e heterogeneidade de experiências que podem ser nomeadas como não formais. Embora sejam diferentes achamos que estes projetos sociais têm em comum é a característica de ser um espaço educacional para além da escola onde trabalha uma ou mais pedagogas, e que o tempo semanal destinado é significativo, já que trabalham durante 40 horas ou 30 horas semanais, sendo na maioria dos casos o único trabalho.

Quanto aos cargos que ocupam nesses espaços de educação para além da escola, encontramos diferentes formas de nomeá-las ao contratá-las para funções pedagógicas, tais como: pedagoga, coordenadora pedagógica, coordenadora, auxiliar de biblioteca e assessoria da presidência (área pedagógica). Embora a nomenclatura mais utilizada seja pedagoga, podemos pensar que essa heterogeneidade se dá pelo fato de que esse cargo tenha sido criado recentemente para as instituições de educação não formal. Nesse caso, não existe documentação unificada, como nos espaços escolares, onde se definem o cargo e as funções a serem desenvolvidas pelos pedagogos nos espaços de educação para além da escola.

Mas também podem ser as características próprias da educação para além da escola, uma vez que não existe um modelo único a seguir. Os projetos educacionais da educação para além da escola são contextualizados e adaptados às necessidades dos participantes e sua realidade. Por isso, nos projetos, são mais flexíveis os tempos, espaços e metodologias utilizadas para desenvolver as atividades e cumprir com os propósitos estabelecidos. Também não existe uma única forma de nomeação do cargo como pedagoga, nem de processo seletivo para ocupar o trabalho.

## FUNÇÕES PEDAGÓGICAS

Para indagar sobre este cargo e aprofundar o conhecimento sobre a atuação das profissionais nestes espaços, pesquisamos sobre as funções das pedagogas nestes projetos sociais. Segundo as Diretrizes Curriculares do curso de Pedagogia (Resolução CNE/CP Nº 1/2006), nos espaços da educação não formal poderão ser realizadas as seguintes atividades: planejamento, execução,



coordenação, acompanhamento e avaliação de experiências não formais. Todas essas funções são centradas nas possíveis tarefas de caráter pedagógico a serem desenvolvidas.

Na fala das pedagogas,<sup>1</sup> pudemos observar que as funções das mesmas se centram na coordenação pedagógica, acompanhando aos educadores e educadoras, assim como das crianças e os jovens, planejando os projetos sociais e na execução dos mesmos.<sup>2</sup>

Relacionado à coordenação pedagógica, algumas pedagogas afirmam que “Então, assim, a gente também ajuda na coordenação. Então toda a parte da coordenação é também coisa das pedagogas. A gente, além de olhar planejamento dos professores, acompanhar aos meninos na sala, a gente também faz a parte de organização” (Rita, 41 anos).

Nessa função, as pedagogas também organizam as reuniões de planejamento com os educadores e muitos desses espaços de reunião foram criados pelas pedagogas quando começaram a trabalhar nesses locais. Para as pedagogas, esses espaços são âmbitos para coordenar e organizar o planejamento semanal, mensal e anual na educação não formal. Este trabalho costuma ser em equipe, tendo em conta os participantes dos projetos sociais e os objetivos de cada espaço para pensar em conjunto as atividades, conteúdos e tempos nos quais serão desenvolvidas. Rita, em sua fala, descreveu como é o trabalho cotidiano e qual é sua participação:

Nessa parte todinha, em questão de horários, de cumprir horários, de olhar o professor, de ver se o aluno se está desenvolvendo. De olhar se está o espaço limpo. De olhar se as coisas estão dando certo! Tem um planejamento geral e tem planejamento que vai surgindo. A gente vê algumas datas comemorativas, que a gente tem costume de comemorar. E, fora disso, a gente vai criando algumas coisas no caminho, que vão acontecendo (Rita, 41 anos).

Outra atuação do pedagogo refere-se às atividades de acompanhamentos da educadora e/ou do educador, respeitando, escutando-os e oferecendo orientações para ajudá-los no seu trabalho cotidiano, como a construção de espaços de formação continuada. A pedagoga Gal disse:

E a gente está sempre acompanhando também as aulas. Então qual é a demanda que se tem no dia a dia, né? Além dessas reuniões, que são de planejamento, qualquer dúvida do professor no dia a dia, a gente conversa. A gente tenta ajudar

1. Para conservar o anonimato os nomes das pedagogas utilizados no artigo são fictícios.
2. Se bem os projetos são criados pelas pedagogas junto com o coletivo educativo, a decisão de execução é afirmada pela direção do projeto em conjunto com a comunidade. Em muitos casos estes são financiada pela prefeitura de Mariana e Ouro Preto, ou pela Universidade Federal de Ouro Preto, nesses casos estes são avaliados por estas entidades para destinação de verbas.



o professor, buscando soluções para problemas diários mesmo, que sempre acontecem, principalmente no ofícios, porque são adolescentes (Gal, 37 anos).

No acompanhamento também se reflete na ajuda e orientação de outros funcionários nos espaços de educação não formal: “Além de dar um apoio à secretaria em relação aos registros, de matrículas, registros de fichas de acompanhamento. E também a coordenação, com problemas de indisciplina ou se precisa de uma orientação pedagógica” (Maria, 40 anos).

As pedagogas participantes também afirmaram que, em seu trabalho cotidiano, também acompanham as crianças e jovens que participam nos projetos sociais. A aproximação ocorre através da escuta e do conhecimento do que acontece com eles e sua realidade, e também sobre o que acham das atividades e objetivos dos espaços de educação para além da escola. Um exemplo disso é o que Maria e Gal explicaram: “Sempre procuro uma aproximação assim muito grande com os adolescentes e crianças. Porque acho que o trabalho é com eles. Então eu procuro aproximação, conhecê-los, né? Saber com quem você está lidando, o que você está atendendo” (Maria, 40 anos).

Na função de coordenadoras pedagógicas, também trabalham no relacionamento com a comunidade e com os pais de quem participam, procurando fazer com que eles sejam parte destes espaços. Todas as pedagogas afirmam organizar e planejar as reuniões de pais, assim a criação de um espaço para ajudar os pais na sua tarefa.

Em conclusão, podemos observar que as atividades de acompanhamento das pedagogas se desenvolvem com os diferentes participantes dos espaços de educação não formal: educadores, educadoras, funcionários, crianças, jovens, pais e toda a comunidade do território. Esta ocorre no cotidiano, através da escuta, do diálogo e do respeito pelo outro, por meio de diferentes estratégias, propostas e encontros, promovendo a participação de todos.

As pedagogas colaboram desenvolvendo diferentes oficinas. Carmen explicou que sua atividade centra-se na execução das oficinas com as crianças e jovens:

Preparo o espaço com a ajuda do motorista do caminhão, dispondo mesas e cadeiras pelo espaço externo e organizando o espaço interno. Com a chegada das crianças e jovens, primeiramente, era disponibilizado o empréstimo e devolução dos livros, em seguida, contava uma história e desenvolvia uma atividade baseada no livro ou disponibilizava brinquedos que também fazem parte do acervo do espaço (Carmen, 25 anos).

Uma das características principais da educação para além da escola é a construção de projetos educacionais e sociais de forma participativa, propostas que tenham em conta o contexto, valores, saberes e pertencimentos da comunidade local (Gohn, 2008; Trilla, 2008). Na coordenação e desenvolvimento dessa tarefa, as pedagogas explicam que têm um lugar muito importante. Tanto nas entrevistas



como nas observações, pudemos concluir que todas as profissionais participam e coordenam esse processo de construção de propostas. A respeito do seu trabalho, Maria nos disse:

Ele é pedagogo em qualquer lugar, não é? Então, e até o trabalho dele, às vezes, é até muito mais árduo, vamos dizer, vamos falar assim que é muito mais os desafios quando ele está fora das instituições escolares. Porque ele tem muito mais trabalho não feito, porque tem que organizar todo o serviço com uma estrutura que não existe. Então ele tem que se espelhar em outras coisas em relação ao pedagógico, tem que buscar parcerias. (Maria, 40 anos).

Nessa afirmativa, Maria reflete sobre o lugar de pedagoga nestes espaços de educação e explica as diferenças que ela encontra com o trabalho na instituição escolar. Na educação para além da escola, está tudo por ser construído e as pedagogas que participam da pesquisa têm um papel fundamental nessa tarefa.

Como exemplo, Clara relatou todos os projetos nos quais foi participando e criando novas propostas com diferentes objetivos. Embora, no seu relato, ela tenha explicado que foi ela que realizou o projeto, ao indagar mais, esclareceu que propôs os projetos, mas foi com a participação dos funcionários e da comunidade que foram desenvolvidos.

Eu faço projetos e programas pedagógicos, por exemplo, a gente propõe uma proposta pedagógica. Nós temos a fábrica de sorvete e picolé, a fanfarra, nós temos centro tecnológico, que são programas que são direcionados. E eu faço outros programas que são vinculados à proposta. Porque a proposta da fanfarra não é solta, ela tem um programa, ela se encaixa com a proposta pedagógica. Esses programas sou eu que faço (Clara, s/r).

Além de ter uma participação fundamental na construção e no desenvolvimento dos projetos pensados em cada espaço de educação para além da escola, são as pedagogas que escrevem os relatórios, os projetos e sua avaliação, assim como outros documentos que estão relacionados à aprendizagem dos participantes, ao desenvolvimento das reuniões e outros solicitados por outras instituições.

Outras tarefas são desenvolvidas pelas pedagogas em seu trabalho cotidiano. Ao observarmos seus trabalhos e também com as entrevistas, percebemos que são elas que organizam diferentes passeios e datas comemorativas.

Quando as pedagogas responderam sobre sua função, relataram uma multiplicidade de atribuições para seu cargo, muitas relacionadas com o pedagógico e outras não. Assim, desenvolvem atividades, como a coordenação dos espaços não formais; organização do planejamento; coordenação de reuniões pedagógicas com os educadores e educadoras; coordenação e organização das reuniões com os pais; acompanhamento dos educadores, funcionários, crianças, jovens e pais; coordenação do trabalho dos educadores e educadoras; formação continuada e capacitação de educadores e educadoras; construção de projetos pedagógicos e



propostas educacionais; redação de relatórios; organização de eventos e festivos; e coordenação de trabalho com estagiários.

## FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS

As pedagogas realizam tarefas administrativas, como a elaboração e o desenvolvimento do edital de estagiários e sua seleção. Em outros casos, são elas que recebem os estagiários da universidade: “Mas, por exemplo, agora a gente está, a gente vai tentar, está aberto, a gente já escolheu mais estagiários. Todo o processo do edital, até o processo seletivo, até a última etapa eu e a outra pedagoga fizemos. Aí eu fiquei fazendo o edital, de inscrições, todo por minha conta. Depois a outra pedagoga pegou para organizar” (Marisa, 48 anos).

Também são as pedagogas as responsáveis pela busca de verba para o financiamento dos projetos. Todas as pedagogas alertaram que a maior dificuldade nos espaços de educação não formal é o financiamento do mesmo e todas as ações que elas têm que realizar para obtê-lo. Para isso, procuram diferentes estratégias, desde convênios com órgãos públicos e privados, ou organizando atividades para arrecadar dinheiro. Elis disse que: “E hoje a parte financeira para pagamento de funcionário, é muito pesado, muito caro, então que nós fazemos. Nós estamos correndo atrás de um convênio de prefeitura e, agora em abril, nós conseguimos nove parcelas, para a gente ver se consegue” (Elis, 50 anos).

Nesses espaços, além das funções pedagógicas que se desenvolvem, às vezes, é necessário interferir na questão nutricional também. Sobre isso, Rita comentou: “O dia a dia da instituição. A questão da merenda, que vá servir na merenda, a gente faz o cardápio. Até se necessitar na cozinha. A gente está sempre. A gente faz o pedido de merenda. Então, assim, o pedagogo é que está em tudo” (Rita, 41 anos).

Também exercem outras funções administrativas que surgem no dia a dia para garantir o desenvolvimento e o funcionamento das atividades e os objetivos dos projetos sociais. Clara explicou-nos que também assume a função na direção por falta de funcionários: “E, atualmente, desde o ano passado, nós somos duas pedagogas, uma responde pelo turno da manhã e noite e a outra pela tarde. E a instituição, desde o ano passado, nós estamos sem direção pedagógica, então nós também estamos pela direção também!” (Clara, s/r).

A todas estas atividades se adiciona a limpeza e outras tarefas necessárias para que o espaço seja apto para desenvolver as oficinas e projetos sociais: “De olhar se está o espaço limpo. De olhar se as coisas estão dando certo!” (Rita, 41 anos).

## FUNÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL

Na entrevista com as pedagogas, todas afirmaram que, para trabalhar na educação para além da escola também devem cumprir funções do serviço social.



Observamos que, em muitos dos projetos sociais, não existe um profissional que tenha essa formação e é por isso que são elas que realizam essas tarefas. Além disso, as pedagogas relataram que a maioria trabalha com crianças e jovens que se encontram em situação de vulnerabilidade social e isso faz com que aprendam a lidar com essa realidade social. Relataram ser necessário criar projetos e estratégias para poder trabalhar propostas que aportem, como explica Gohn (2008), a reconstrução do tecido social existente e, em muitas oportunidades, a transformação da realidade dos sujeitos. A pedagoga Maria explica:

Eu acho que, como você está numa área social, então acho que você tem que saber lidar com o público que você atende. Então aqui você tem que atender crianças e adolescentes, na situação de vulnerabilidade social, então você tem questão de drogas, tem questão de sexualidade, tem a questão de família também. Eles trazem problemas de casa, o convívio de casa, então tem que observar mais. Eles têm uma carência de conversa, de falar o que está passando em casa (Maria, 40 anos).

Então, às funções pedagógicas já descritas somam-se outras atividades, como a procura de verba para o financiamento dos projetos, a elaboração e desenvolvimento do edital de estagiários, a organização e execução da alimentação realizada nos espaços de educação não formal e a coordenação com outras instituições da comunidade.

Assim, concluímos que as pedagogas que atuam na educação para além da escola, além de terem funções pedagógicas, desenvolvem funções administrativas e funções da assistência social.

## MULTIPLICIDADE E INDEFINIÇÃO DE FUNÇÕES NA EDUCAÇÃO PARA ALÉM DA ESCOLA

Mas, nesta multiplicidade de tarefas que realizam para a sua função como pedagogas, reflete-se um fenômeno que permeia o mundo do trabalho de um modo geral e particularmente no trabalho docente. Oliveira (2006) explica que a reestruturação produtiva, que se aprofunda desde os anos 1990, teve consequências nas condições de trabalho docente no Brasil e na América Latina, que se relacionam com processos de flexibilização e de precarização do trabalho dos educadores.

Essas modificações se intensificam com a consolidação do modelo econômico hegemônico, o neoliberalismo, que trouxe consequências e mudanças em nível econômico, cultural, social, político e educacional. Neste último campo, um dos resultados foram as novas demandas na educação escolar e a ampliação das experiências de educação não formal.

Essa reestruturação no trabalho docente, que amplia as funções pedagógicas tradicionais que os educadores e educadoras tinham nas escolas, traz como resultado a intensificação do seu trabalho, porque o profissional necessita responder por novas exigências.



Como podemos deduzir, também na educação para além da escola as pedagogas têm uma multiplicidade de atividades para sua função pedagógica, e a esta se adicionam outras funções. Essa situação pode dever-se também à reestruturação do trabalho geral, que, além de reestruturar o trabalho pedagógico nas escolas, o reestrutura nas práticas de educação não formal. Ao escutar as pedagogas, todavia, observamos que esta não é a única razão. Clara nos explicou sobre essa situação: “Então minhas funções aqui são muitas. Porque, na escola comum, a pedagoga já tem várias funções, e aqui acontece que ele tem que se desdobrar mais” (Clara, s/r).

Nesse relato, a pedagoga aclara que tem ainda mais funções. Também percebemos isso ao analisar outros excertos das participantes, que já temos citado, como desafio na educação para além da escola é o fato de haver muito trabalho não feito e, assim, a pedagoga ter que intervir e construir projetos e propostas. Então podemos entender que a multiplicidade de atividades para sua função pedagógica, como as funções administrativas e da assistência social, pode estar relacionada à reestruturação do trabalho docente e às próprias características da educação não formal. Uma pedagoga explicou: “Você não tem um modelo a seguir. Aí na educação [escolar] você vem com uma agenda própria, você sabe como que você vai fazer, seus passos, vários seguimentos e aqui não. Aqui não tenho referência de trabalho de pedagogo dentro da instituição. Então aí ficou meio que difícil quando cheguei. Tive alguns desafios. Que até hoje a gente tem” (Maria, 40 anos).

Como explicitamos anteriormente, a educação para além da escola acontece numa diversidade de âmbitos, existe uma multiplicidade de objetivos e de conteúdos já que estes são contextualizados e adaptados às necessidades dos participantes e à sua realidade. Os tempos, metodologias e espaços utilizados para desenvolver as atividades e cumprir com os propósitos estabelecidos são mais flexíveis. Quanto ao financiamento, este provém de órgãos públicos e privados, nacionais e internacionais.

Com relação aos educadores, segundo Gonh (2008), reconhecesse que são uns elementos estratégicos nas experiências coletivas proposta pela educação para além da escola. Nesse caso, as pedagogas têm um papel fundamental na construção de propostas participativas, que partem do território onde intervém, gerando processos educacionais tendo em conta o contexto. Assim, existem outras atividades que necessitam de sua intervenção, embora não sejam pedagógicas.

A situação de executar uma multiplicidade de atividades, muitas vezes, também acontece devido ao fato de que, nos projetos sociais e educacionais, não existem outros profissionais para além da pedagoga, além de, em alguns casos, faltar funcionários. Este último fato, muitas vezes, é provocado pela falta de recursos financeiros ou por não crer ser necessário aumentar o número de profissionais dentro do projeto. Gal enfrenta esta situação e a descreveu:

Da experiência que eu tenho. A gente tem uma demanda muito grande de trabalho, entendeu? É uma loucura, sabe? Você sente que não tem como. Você começa um trabalho e aí você tem que largar, ir para um outro. A gente desliga tudo. [...]



Aí você pensa na demanda daquele, resolve o que ficou pendente do outro. Então tem vezes que uma fica meio assim, sabe? Impossibilitada de resolver as coisas, com a demanda que é grande. E o número de funcionários é pequeno. Esse é um dos desafios, que a gente tem aqui (Gal, 37 anos).

Em conclusão, segundo os dados coletados, as pedagogas que trabalham na educação para além da escola têm funções diferentes em relação àquelas que atuam na escola, já que são espaços diferentes. Mesmo assim, este último espaço se vê influenciado pela reestruturação no trabalho docente, como explica Oliveira (2006). Além dessa razão, existem outras, como ser a única profissional no espaço de educação não formal e a falta de funcionários, o que também influencia na carga de funções e atividades que desenvolvem.

Ainda quanto ao trabalho das pedagogas na educação para além da escola, outra das situações que elas atravessam, além da multiplicidade de atividades que desenvolvem, é a indefinição de sua função. Podemos inferir que isso se deve ao fato de que a educação não formal é um campo em construção e que a atuação de pedagogos e pedagogas nesses espaços é recente. Por outro lado, ainda não existem documentos legais ou textos que sistematizem quais são as funções que devem ser desenvolvidas por pedagogos e pedagogas nesses espaços de educação não formal. Segundo uma das pedagogas que participou da pesquisa, essa situação, muitas vezes, dificulta sua intervenção nos projetos sociais e educacionais onde atua: “Porque você não tem uma estrutura, então, quando eu vim para trabalhar... Até para saber qual seria minha função eu tive que pesquisar bastante. Aí eu fiz um modelo do que é o que seria o trabalho de pedagogo dentro da assistência social dentro dos projetos” (Maria, 40 anos).

Podemos concluir que a pedagoga da educação para além da escola tem uma multiplicidade de funções pedagógicas, de assistência social e administrativa. Para cada uma dessas funções, realizam uma variedade de atividades, como a coordenação dos espaços não formais, organização do planejamento, coordenação de reuniões pedagógicas com os educadores e educadoras, coordenação e organização de reuniões com os pais, acompanhamento dos educadores, funcionários, crianças, jovens e pais, coordenação do trabalho dos educadores e educadoras, formação continuada e capacitação de educadores e educadoras, construção de projetos pedagógicos e propostas educacionais, redação de relatórios, organização de eventos e festivais, coordenação de trabalho com estagiários, procura de verba para o financiamento dos projetos, elaboração e desenvolvimento do edital de estagiários e a organização e execução das diferentes orientações alimentares realizadas nos espaços de educação para além da escola, assim como a coordenação com outras instituições da comunidade.

Nessas funções, as pedagogas destacaram a importância do trabalho coletivo para que os projetos educacionais e sociais sejam desenvolvidos com a participação de todos os sujeitos que participam destes espaços de educação.

Segundo Freire (1996) é fundamental que, na construção de propostas educacionais, a relação dialógica exista entre todos os sujeitos. Assim, propõe-se



gerar uma relação pedagógica horizontal entre todos os participantes, com o fim de que a construção do conhecimento seja de forma coletiva através da ação e a teoria.

Analisando o seu trabalho nestes espaços de educação não formal, todas as pedagogas afirmam a necessidade de que o mesmo seja construído coletivamente, de trabalhar com o outro e aprender com ele. Gohn (2014) reconhece que as ações coletivas são uma das características principais da educação não formal, que se traduz na construção de projetos participativos e nas ações coletivas e o compartilhamento, como podemos observar em diferentes entrevistas: “Agora acho que passa um pouco por, eu não acho tanto, porque acho que o coletivo, nesse aspecto do não formal, é muito mais forte do que individual. Então acho que tem uma coisa de psicologia coletiva, de terapia, e de arte mesmo” (Marisa, 48 anos).

Serra (s.d.) é outro autor que explica a importância das oficinas como metodologia alternativa para o trabalho coletivo. Nessa forma de trabalho, os participantes constroem o conhecimento cooperativamente, considerando a teoria e a prática. O intercâmbio de ideias e a escuta das outras pessoas têm um espaço primordial, sendo todos sujeitos ativos no processo de ensino e aprendizagem, requisitos fundamentais para a construção e reconstrução dos diferentes saberes.

Portanto, inferimos que, na educação para além da escola e na atuação das pedagogas nesses espaços, o trabalho coletivo é uma das características. Ele deve ocorrer através de diferentes estratégias, como descrevemos, por meio da utilização da metodologia de oficina em todos os projetos, diferentes reuniões e espaços de confraternização, assim como na construção dos projetos educacionais e sociais nos quais participam todos os sujeitos. Apesar disso, ainda não reconhecemos um trabalho coletivo entre as pedagogas de diferentes espaços de educação, no intercâmbio de experiências ou trabalho conjunto. Mas também aprender a trabalhar coletivamente é um desafio para as pedagogas, como outros desafios que se apresentam, como a valorização de seu trabalho e dos espaços para além da escola onde atuam.

As pedagogas reconhecem que seu trabalho é desvalorizado. Segundo um dos relatos, as pedagogas explicam que isso acontece com o não reconhecimento da carreira e por trabalharem fora do espaço escolar. Assim, Maria disse:

Porque na educação, todos os pedagogos que estão lá têm plano de carreira. Então tem plano de carreira para os pedagogos e eu não tive direito de inclusão, porque estou em outra secretaria. Então até o próprio município ainda não valoriza essa questão do pedagogo, não interessa onde o pedagogo vai trabalhar, né? Ele é pedagogo em qualquer lugar, não é? [...] Aí eu vejo que, nesse sentido, é a desvalorização mesmo do serviço do pedagogo fora da educação escolar (Maria, 40 anos).

Também a pedagoga Maria, participante de nossa pesquisa, advertiu, em seu relato, que, muitas vezes, nem é reconhecido o seu trabalho, por ainda ser reduzida a atuação do pedagogo ao espaço não escolar.



Os desafios é a questão mesmo do pedagogo num espaço não escolar, esse mesmo é o desafio. Que muita gente pensa que você vai vir aqui dar aula, que ser pedagogo numa instituição vai dar aula. Aí já tem que falar que não é escola, então a aceitação do pedagogo são os desafios, o reconhecimento que você não tem com sua função pedagógica fora da escola. Que, hoje em dia, ainda muitas pessoas acreditam que o pedagogo tem que estar na escola mesmo, né? Então não vê que o campo de trabalho se ampliou, que também está nas instituições sociais e em vários campos de trabalho. E aí você tem que, o tempo todo, saber o que você é, qual é sua função (Maria, 40 anos).

Assim, podemos observar que as pedagogas que atuam na educação para além da escola sentem-se desvalorizadas por razões que estão relacionadas com a reestruturação do trabalho e que afetam a todos os educadores tanto do âmbito escolar como não. Além disso, outras razões têm a ver com as características da educação para além da escola e o não reconhecimento da ampliação dos espaços de atuação dos pedagogos e pedagogas. Elis indicou que, muitas vezes, esses espaços, para os pedagogos, são o que sobrou como possibilidade de trabalho e emprego e não como escolha: “Então como era do Estado, a gente não escolhia, era a sala, era como se fosse: “Sobrou! Ah, então eu quero. Ah, não tem perfil.” Antes era assim. Então, quando sobrou, eu sempre fui muito apaixonada com isso, sabe? Eu falo que eu gosto muito do paparico, paparicar, não é paparicar que não é tirar as regras não” (Elis, 50 anos).

Para finalizar, Marisa enfatizou a estigmatização e a desvalorização do espaço de educação não formal onde ela trabalha: “Eu vou te falar com sinceridade, o Ofícios tem o fato de ser o pior, o menos organizado, o longe, o de difícil acesso, o problemático. Sabe? Então existe, é um desafio todos os dias. Mas, em compensação, os meninos não querem ir embora” (Marisa, 48 anos).

Não só sentem que o trabalho das profissionais é desvalorizado, senão também os espaços e projetos de educação não formal. Uma das razões é que a educação escolar tem sido o âmbito hegemônico no qual se desenvolve a educação das pessoas. Mas, na atualidade, como temos explicado, esse campo amplia-se e, com ele, os espaços de atuação das pedagogas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que a atuação das pedagogas da educação para além da escola tem outras funções ademais das pedagógicas, como as administrativas e as da assistência social. Para cada uma dessas funções realizam uma multiplicidade de atividades. Segundo as participantes, para desenvolver essas atividades, priorizam o trabalho coletivo, promovendo a participação de todos os participantes dos projetos sociais e educacionais, através da utilização da oficina como metodologia e das reuniões de equipe. Ao indagar mais sobre sua atuação, as pedagogas afirmam que, muitas vezes, sentem, por diferentes razões, que seu trabalho e os projetos nos quais se desenvolvem são desvalorizados.



O objetivo deste artigo foi pensar a educação para além da escola e reconhecer o trabalho invisível das pedagogas nestes espaços, e abrir caminhos para pensar os desafios de ser pedagoga na contemporaneidade na educação não formal e sonhar com um futuro onde o direito a educação contemple a educação para além da escola e nele a suas trabalhadoras.

*Recepción: 3 de agosto de 2021*

*Aceptación: 30 de septiembre de 2021*

## REFERÊNCIAS

- Afonso, A. J. (1992). Sociologia da educação não escolar: reatualizar um objeto ou construir uma nova problemática em J. Esteves y S. Stoer (orgs.), *A sociologia na escola: Professores, educação e desenvolvimento*. Porto: Edições Afrontamento.
- Brasil. (1996). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei N° 9.394.
- Brasil. (2005). Diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em Pedagogia, licenciatura. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP N° 5/2005.
- Brasil. (2006). Diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em Pedagogia, licenciatura. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP N° 1/2006.
- Brasil. (2015). Diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial no nível superior e a formação continuada. Conselho Nacional de Educação. Resolução N° 2.
- Bresser-Pereira, L. C. (2009). Assalto ao Estado e ao mercado, neoliberalismo e teoria econômica. *Revista Estudos Avançados*, 23(66), 7-23, São Paulo.
- Brusilovsky, S. (1994). Educación no formal ¿una categoría significativa? Buenos Aires: Mimeo.
- Caliman, G. (2010). Pedagogia social: seu potencial crítico e transformador. *Revista de Ciências da educação: UNISAL*, XII(23), 2º Semestre, São Paulo.
- Freire, P. (1996). *Pedagogía de la autonomía. Saberes necesarios para la práctica educativa*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- Graciani, M. S. (2005). *Pedagogia social da rua*. São Paulo: Cortez.
- Graciani, M. S. (2014). *Pedagogia social*. São Paulo: Cortez.
- Gohn, M. G. (1994). *Organizações não governamentais: a modernidade da participação social brasileira*. Campinas: Unicamp.
- Gohn, M. G. (1999). *Educação não formal e cultura política*. São Paulo: Cortez.
- Gohn, M. G. (2010). *Educação não formal e o educador social: atuação e desenvolvimento de projetos sociais*. São Paulo: Cortez.
- Libâneo, J. C. (1998). *Pedagogia e pedagogos, para quê?* São Paulo: Cortez.
- Moura, E. e Zuchetti, D. (2006). Explorando outros cenários: educação não escolar e pedagogia social. *Revista Educação Unisinos*, 10(3) 228-236.
- Nóvoa, A. (1997). Formação de professores e profissão docente em A. Nóvoa (coord.), *Os professores e sua formação*, 3. ed. Lisboa: Dom Quixote.
- Oliveira, D. A. (2004). A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. *Revista Educação & Sociedade, Campinas*, 25(89) 1127-1144.



- Oliveira, D. A. (2006) Regulação educativa na América Latina: repercussões sobre a identidade dos trabalhadores docentes. *Educação em Revista*, 44, 209-227, Belo Horizonte.
- Paiva, J. S. (2015). *Caminhos do Educador Social no Brasil*. Jundiaí: Paco.
- Pineau, P. (1996). La escuela en el paisaje moderno. Consideraciones sobre el proceso de escolarización en H. Cucuzza (comp.), *Historia de la educación en debate*. Buenos Aires: Miño y Dávila.
- Pimenta, S. G. (2002). *Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas*. São Paulo: Cortez.
- Pimenta, S. G. e Lima, M. (2012). *Estágio e docência*. São Paulo: Cortez.
- Saviani, D. (2008). *Pedagogia no Brasil: história e teoria*. São Paulo: Autores Associados.
- Serra, J. M. T. (s.f). Aportes para un debate. *Revista Acción Educativa. Cuadernos de Estudio*, 1, 20-40, Santa Fe.
- Sirvent, M. T. (2011). Revisión del concepto de Educación No Formal. Debates y propuestas. *Revista del IICE Instituto de Investigaciones en Ciencias de la Educación, Buenos Aires, XVII(29)*, p. 2-19.
- Torres, C. A. (1995). Estado, privatização e política educacional: Elementos para una crítica do neoliberalismo en P. Gentili (org.), *Pedagogia da exclusão: critica ao neoliberalismo em educação*. Petrópolis: Vozes.
- Trilla Bernet, J. (1993). *La educación fuera del aula*. Barcelona: Ariel.
- Trilla Bernet, J. (2013). La educación no formal en *Educación no formal: lugar de conocimientos*. Uruguay: MEC.